



Número: **0801177-08.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **25/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RODOLFO LUIZ FIRMINO (AUTOR)		EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27221549	19/12/2019 13:55	2593975_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01	Outros Documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08011770820198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RODOLFO LUIZ FIRMINO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Em que pese o autor ter requerido administrativamente a indenização ora pleiteada, a mesma lhe foi negada tendo em vista a ausência de sequelas ou invalidez permanente.

Movida a presente ação, após a análise dos documentos apresentados pela parte autora, se percebe a ausência de nexos causal entre o acidente e a invalidez alegada haja vista que os documentos médicos apresentados pelo autor são completamente inconclusivos.

Importante ressaltar que os documentos médicos estão ilegíveis, inviabilizando assim a análise de seu conteúdo, bem como os demais referem-se a procedimentos médicos relacionados ao autor, mas que não condizem com o acidente, visto a total ausência de indicação neste sentido, conforme demonstrado abaixo:



[illegible]

AVALIAÇÃO CARDIOLÓGICA COM RISCO CIRÚRGICO

NOME: Rodolfo Luiz Gomes IDADE: 23 SEXO: M
IMC: 22.5 PROCEDÊNCIA: Campina Grande PROFISSÃO: Estudante DATA: 29/07/17
de Lucas de Barros

1 - SINTOMATOLOGIA CARDIOVASCULAR:
☒ Assintomática () Sintomática () Oligossintomática
SINTOMAS:
() Cefaléia () Tontura () Síncope
() Dispneia de esforço () Grande () Pequena
() Palpitação () Média () Ortopnéia
() Dor Precordial () Tosse Seca () Expectoração
Relacionada () Esforço () Típica () Atípica
() Emagrecimento () Frio () Pós-prandial
Comentários: _____

2 - PATOLOGIAS EM CURSO:
() Hipertensão Arterial Sistêmica () Hipertensão Pulmonar () DPOC () Outros
() Diabetes Mellitus () Insuf. Cardíaca Congestiva () Insuficiência Coronariana
() Arritmias () Insuf. Renal () Aguda () Crônica

3 - ANTECEDENTES PESSOAIS:
☒ Alergia a Medicamentos: 0 () Cirúrgico: 0 ☒ Tabagismo
() Etilismo () Sedentarismo
() Dislipidemia () Outros: _____
Medicamentos em uso ☒ Não () Sim _____

4 - EXAME FÍSICO:
() Estado Geral ☒ Bom () Regular () Comprometido () Precário () Altura () Peso
Ap. Cardiovascular - Comentários: 22.5, 110/80, 72 bpm, 1.70m
FC: 80 bpm PA: 110/80 mmHg
Ad. Respiratório - Comentários: PM, vesicular, 19.5°C
Abdômen - Comentários: flaco, sem turgor, fígado palpável
Membros inferiores - Comentários: sem edema

5 - E.C.G.: normal

Ex. Laboratoriais: Glucose: 100 mg/dL; HbA1c: 5.6%; Creatinina: 0.8 mg/dL; Hb: 13.5 g/dL

6 - CONCLUSÃO RISCO CIRÚRGICO:
☒ Grau I - AVC e ECG - normais (Risco Cirúrgico Normal)
() Grau II - AVC e ECG - anormais (Risco Cirúrgico Médio)
() Grau III - AVC e ECG - anormais (Indicado Monitorização Cardíaca)
() Grau IV - AVC e ECG - com graves alterações (Alto Risco Cirúrgico - se possível evitar)

Obs: _____

Ademais, cabe informar que no boletim de atendimento da data de 23/07/2017, emitido três dias antes do sinistro, consta a informação de paciente não identificado:

23/07/2017

HTC

PRONTUÁRIO EMERGÊNCIA
PRONT (B.E) Nº: 1473112 CLASS. DE RISCO: VERMELHO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0008-52
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 23/07/2017
Relativo da Emergência (B.E) - Mês: 07 Atendente: Patrícia Maria Gonçalves
PACIENTE: SEM IDENTIFICAÇÃO CEP: _____ Nascimento: 31/12/1969
MASCULINO, 30 ANOS, CMP
GRAND
Endereço: _____ Sexo: _____ Telefone: _____
Cidade: Campina Grande Idade: 02017 RG: _____ Bairro: _____
Nome da Mãe: _____ RG: _____



Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo¹.

Portanto, como não há nexos de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Não obstante, caso o alegado acima não seja acolhido pelo Douto Juízo, havendo condenação à ré, requer a aplicação da tabela inserida na Lei 11.945/09.

Nestes Termos,

Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 18 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

¹APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)

